



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa – Acompanhar as obras do Governo Federal lastreadas com recursos do Orçamento Geral da União em andamento no País – CEXOBRAS

REQUERIMENTO

(Do Sr. Zé Silva)

Requer a realização de audiência pública para identificar as principais obras paralisadas custeadas com recursos do OGU e levantar medidas para retomada dos empreendimentos e mitigação do risco de novas paralisações.

Senhor Coordenador:

Com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, requiero a V. Exa. que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, o Sr. Antônio Idilvan de Lima Alencar, Presidente do Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação, o Sr. Renato Campos Pinto De Vitto, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional, o Sr. Leonardo Victor Dantas da Cruz, Secretário de Aeroportos da Secretaria de Aviação Civil, a fim de debaterem a situação das principais obras paralisadas custeadas com recursos do OGU e as medidas, inclusive legislativas, que permitam a retomada dos empreendimentos e a mitigação do risco de novas paralisações.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil tem se notabilizado pelo contraste entre o dinamismo do setor privado e a morosidade do setor público. Essa discrepância tem impactado diretamente a provisão de infraestrutura, que é insuficiente para eliminar as restrições ao crescimento do País.

Na última década, a expansão econômica impulsionada por um mercado interno vigoroso e pela pujança do agronegócio, pressionou ainda mais a nossa debilitada rede logística, que já apresenta uma defasagem média de 67% em relação aos líderes mundiais em desempenho da infraestrutura de transportes.

Está muito claro que as ações e investimentos em andamento não são suficientes para contrapor os gargalos da infraestrutura e conduzir o País na direção do crescimento econômico sustentável, mas o que é mais preocupante é a baixa efetividade das ações para as quais existe a previsão orçamentária e a vontade política.

No imaginário coletivo está consolidada a tese da falta de planejamento ou da falta de projetos. Mas analisando detidamente a questão, verifica-se que existe uma estrutura de atuação e de planejamento de ações de médio e longo prazo, consubstanciada em documentos como o Plano Nacional de Logística de Transportes, o Plano Hidroviário Estratégico, o Plano Nacional de Logística Portuária, o Plano Nacional de Transporte Hidroviário, o Programa de Investimentos em Logística, o Programa de Aceleração do Crescimento, entre outros. Também foram várias as mudanças nos marcos regulatórios do setor de infraestrutura nos últimos anos.

No entanto, em que pese todo esforço, o ritmo de concretização dos investimentos não é capaz sequer de manter o estoque de capital existente, tampouco de acompanhar o crescimento e as necessidades da população, o que torna necessária uma investigação das causas deste insucesso por parte desta Comissão Externa da Câmara dos Deputados.

Estamos reféns de uma burocracia, por vezes, mais voltada para criar dificuldades do que para servir o bem comum, ao mesmo tempo em que assistimos atônitos ao pragmatismo chinês concorrer para a forte expansão econômica experimentada por aquele País nos últimos trinta anos.

Faz-se mister investigar o porquê dos frequentes atrasos nos empreendimentos. O licenciamento ambiental tem impactado os prazos? Como tornar o licenciamento mais substantivo e mais rápido? É possível proteger os empreendimentos contratados dos solavancos financeiros impostos por quedas de arrecadação? Como melhorar a formulação da peça orçamentária, prevendo dotações factíveis para empreendimentos que, de fato,

possam se concretizar? Como dar segurança jurídica aos investidores e tornar o programa de concessões atrativo? O que fazer para alavancar as parcerias público-privadas? As carreiras transversais destinadas à gestão de infraestrutura serão realmente priorizadas?

Igualmente importante é investigar os motivos que levam às elevadas relações “restos a pagar x execução financeira anual”, principalmente quando há predominância, no portfólio do Ministério, de obras delegadas, executadas por meio de contratos de repasse. Por fim, devemos refletir, juntamente com os gestores, se a Lei de Licitações e Contratos se mantém atual ou se demanda vigorosa revisão.

Por isso submetemos à Comissão, na certeza de contar com o apoio dos nobres Pares, o presente requerimento de audiência pública, para ouvir as autoridades que têm atuado na formulação de políticas públicas e execução de importantes empreendimentos públicos, como forma de colher suas percepções, preocupações e sugestões, inclusive legislativas, para ajudar a minimizar este grave problema.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado ZÉ SILVA